

Entrevista com Álvaro Domingues

Conduzida por alunos e alunas de graduação em Arquitetura do grupo de pesquisa *Inquérito Portugal*, sediado no Departamento de Arquitetura e Urbanismo da PUC-Rio. São estes, Bruno Bins, Esther Rosas, Gabriela Sad, Ingrid Colares, Isabela Moraes, Isabella Simões, Joana Martins, Julia Frenk, Larissa Lima, Matheus Amorim e Pedro Brito. Transcrição: Isabela Moraes.

IP- De acordo com o sociólogo Boaventura de Sousa Santos, Portugal é um "país de fronteira", que abriga em si várias culturas. O senhor diria que Portugal sofre uma crise identitária? Ainda seria possível falar de identidade portuguesa?

AD- Para Boaventura de Souza Santos, Portugal é, sobretudo, um país semiperiférico, pois em muitas dimensões – social, cultural, econômica – possui semelhança com países da Europa central, e porque, ao mesmo tempo, sofre processos de periferização de hoje e do passado. Percorrendo-se rapidamente a história de Portugal no século 20, se observa que a implantação da República em 1910, ao coincidir com a turbulência que precedeu a Primeira Guerra Mundial, não teve um início muito fácil. Um pouco mais tarde, nos anos trinta, se impôs a ditadura de Salazar, que durará até 1974. Portugal, então, não participou da Segunda Guerra Mundial e, ao fim dela, também esteve ausente do processo de desenvolvimento europeu, conhecido na história econômica como “os trinta anos gloriosos”, ou seja, trinta anos sucessivos de crescimento econômico e organização do Estado Providência ou Estado Social na Europa reconstruída.

Portugal não passou por nada disso. Era um país fechado, muito malvisto pelas instituições internacionais, porque, afinal, era uma ditadura num contexto em que se tratava de consolidar as democracias, e, ademais, um país colonizador, com suas maiores colônias, Angola e Moçambique, em guerra, a partir do início da década de 1960. Esse fechamento não permitiu que se percebesse muito bem o que era Portugal. Havia uma elite muito ativa em Lisboa, uma elite que apoiava o regime salazarista, e havia também um contra-poder liderado pelo partido comunista. O restante da sociedade era pobre e migrava, buscando melhores oportunidades de vida em outros países europeus. Somente nos anos de 1960,

se estima que tenham emigrado um milhão e meio de portugueses, em uma população de cerca de 10 milhões de habitantes.

O 25 de abril (1974), foi uma revolução bastante rápida, com a finalidade de instalação da democracia – no início, um processo muito conturbado, como são todas as revoluções. Em 1978, as coisas começaram a normalizar: foi instituído o regime democrático, agendadas as eleições ... e, em 1984, se anunciou a adesão do país à então Comunidade Econômica Europeia, hoje União Europeia. Portugal, então, iniciou um período acelerado de desenvolvimento: em trinta anos, o país se desenvolveu mais do que durante toda sua história – e isso não é uma força de expressão. Era um país pouco infraestruturado, muito pouco modernizado ... Costumo dizer que Portugal conheceu a pós-modernidade sem ter sido moderno, pois houve um salto enorme da sua condição pré-moderna ao mundo contemporâneo. Contudo, logo em seguida, veio a crise, que tem início por volta de 2003-2006. Há, então, outra leva de emigrantes, cerca de 900 mil portugueses, que, contrariamente à migração dos anos de 1960, caracterizada pela baixa escolaridade dos que deixavam o país, incluiu todas as faixas da sociedade, desde os diplomados, como os arquitetos, que se vão em massa, até as camadas que não possuem muita qualificação e se aprontam em empregos de baixa remuneração em qualquer parte do mundo.

Há, pois, essa permanente flutuação populacional, que nunca permite que se saiba exatamente o que é Portugal. Temos ideia de que, desde a era do pau-brasil, há portugueses em todo lado. Eu, por exemplo, sou de Melgaço e tenho vizinhos ou parentes no Canadá, na Austrália, em vários países na Europa, sobretudo em França, mas também na Alemanha, na Suíça... Há ainda portugueses em Angola e Moçambique, ou na África do Sul, para onde rumaram durante as guerras de independência das antigas colônias. Francamente não dou muita importância à palavra identidade, pois a acho forçada, algo inventado no Oitocentos, quando estava em voga o nacionalismo – e o nacionalismo era um território, uma história, uma cultura, uma língua, uma identidade. Muito se escreveu sobre isso e quase sempre quem escrevia era a elite, que inventou a ideia do português nostálgico, do fado, aquela história toda.

Penso que Boaventura (de Sousa Santos), já que falamos nele, escreveu em um de seus livros – creio que *Pela Mão de Alice* – que essas representações resistem porque são constantemente revisitadas pelos ensaístas, filósofos, o que seja. Portanto, se alguém falou em saudade, no século XIX, e se criou o mito de

que essa palavra só existe em português, devo dizer que isso é mentira. Creio que qualquer povo que conheça a migração sente, em algum momento, essa falta, essa nostalgia que é feita de mitologias, as quais, por sua vez, parecem tão verdadeiras que ninguém as discute, sendo reafirmadas a cada vez que se juntam quatro portugueses em qualquer parte do mundo... Enfim, o discurso identitário é vazio de conteúdo; é como se fosse um dispositivo que capta temas e vai se ajustando a determinadas circunstâncias. Quando alguém está numa posição de fragilidade, a referência a esse dispositivo é importante, porque, de alguma forma, situa essa pessoa. Hoje, quando temos a noção, cada vez maior, de que a globalização nos tornará iguais, indistintos, passamos a inventar, como uma espécie de reação, a nossa diferença, chamando a isso de identidade.

Afinal, do que é que se fala, quando se fala de identidade portuguesa? São os mais diversos temas, a começar pelos obrigatórios, sintetizados na trilogia fado, Fátima e futebol, os três “efes”. Esta trilogia vem do tempo da ditadura salazarista e seus elementos eram considerados máquinas de intoxicação. Quer dizer, num país onde eram proibidas as eleições, onde havia censura, onde havia presos políticos, havia também um grande movimento em torno de Fátima, como se a divindade tivesse escolhido o nosso país. O fado, por exemplo, era uma coisa tipicamente lisboeta, não tem nada a ver com Portugal. A história do fado tem a ver com os Marialvas, uma família aristocrática que vivia próxima de Lisboa e que vinha à cidade à noite para frequentar os lupanares e cafés, tocando e cantando. Há quem diga que o fado tem uma origem árabe, creio que sim, quem ouve a música tradicional do Marrocos encontra expressões musicais assemelhadas.

O que eu sei é que Salazar tinha um departamento de propaganda estatal que se chamava SNI – Serviço Nacional de Informação, liderado por António Ferro, que considerava a história um ingrediente para reforçar a ditadura junto à sociedade portuguesa. Inflacionou-se enormemente o mito dos descobrimentos, e o mito dos descobrimentos é um mito contraditório porque contém algo de aventureiro, mas pode ser também entendido como o primeiro episódio do colonialismo narrado como uma forma de aventura pelos sete mares... Mas o negócio dos negreiros, o tráfico de escravos realizado pelos portugueses e que chegou a desterrar cerca de 4 milhões e meio de africanos... disso não se quer falar! É mais simpático falar de marinheiros esforçados que iam à aventura – era assim que a gente aprendia sobre Portugal, o país dos navegantes. Camões ajudou a construir essa mitologia com os Lusíadas, porque o poema fala da

viagem à Índia, mas os poetas e escritores passaram a usar o tema da aventura e ele se impôs. Assim, para falar de identidade é preciso fazer uma espécie de arqueologia dos mitos e dos relatos, entender como é que os referentes principais do discurso identitário foram se estabelecendo, e o que é que se pretende dizer acerca dos portugueses com essa noção de identidade.

Como já devem ter percebido, não aprecio mesmo o tema da identidade; acho que ele, em parte, é ficcional. Sei que ele existe e existirá sempre, mas ele é bom apenas para conversas em torno de uma xícara de café. Porque o que existe de verdade é a sociedade, com suas múltiplas diferenças, suas múltiplas contradições.... E o fato de não se saber quem são os portugueses é exatamente porque se forem considerados apenas os residentes em Portugal, a amostra é fraca. Portugal está em toda parte do mundo: na crise da Venezuela, por exemplo, se descobriu que havia mais madeirenses na Venezuela do que na Ilha da Madeira. No meu município (Melgaço) pretendemos dar curso a um projeto que consiste em indagar aos que lá estão sobre onde estão os seus “outros” – tios, sobrinhos, filhos, parentes de primeiro e segundo graus. Comecei a ensaiar essa pesquisa em uma freguesia e cheguei a contar 22 países que abrigam os que migraram de uma única freguesia... percebem?! Quem são, então, os portugueses? Penso que vão ser os primeiros a colonizar Marte...

Então é isso: a identidade pra mim é como se fosse um poliedro, não sei quantas faces tem... Bacalhau e fado nada dizem acerca de quem somos; apenas nos reduzem a um estereótipo, logo nós, um povo de diferenças sociais tão grandes. O que define um brasileiro? Sabe-se?

IP- O senhor falou da redemocratização de Portugal, e como o país vem se modernizando com o tempo. Atualmente há um incentivo muito forte ao turismo. Quais as principais consequências desse processo de modernização para um país como Portugal?

AD- Não se pode fazer depender um processo de modernização do turismo apenas, não é? São dois temas distintos. Por modernização se entende o capitalismo, a democracia, o raciocínio tecno-científico, as abstrações, enfim, tudo aquilo que dissolve velhas idiosincrasias e velhas tradições locais, criando-se outras, universais. Podemos dizer que o processo de modernização em Portugal começa no século XVIII, mas foi muito tímido e não tocou a sociedade e o território integralmente, se assemelhando a alfinetes fincados em uma almofada. As “reais fábricas” criadas pelo Marquês de Pombal se situaram

uma em Covilhã, outra em Bragança, outras algures... enfim, são pontinhos, que não produziram, como em outras economias, um processo sistêmico de modernização.

Portugal foi um país rural até o início da emigração dos anos de 1960; o país urbano era muito frágil e estava concentrado, basicamente, na sua capital, Lisboa. O restante da mancha urbana era muito pequeno: Coimbra, porque tinha uma universidade; o Porto, porque tinha uma burguesia ativa e uma base econômica tradicional, que era o vinho. No final do século XIX, o vinho do Porto representava mais da metade das exportações – o que pode dar uma ideia do mundo urbano português: cidades microscópicas, e algumas capitais de distrito que, até os anos de 1960, contavam com cerca de 30 mil habitantes...

Portanto, o processo de modernização em Portugal é muito recente e acelerado. Em meu livro – ***Cidade e Democracia: trinta anos de transformação em Portugal*** – situa-se cronologicamente esse processo entre os anos de 1974 e 2004; e ao observar os mapas, é impressionante constatar o que existia antes e depois desses marcos: toda a rede de vias rápidas e autoestradas – não havia autoestradas em Portugal; a modernização da rede elétrica; as telecomunicações; todos os serviços públicos que fazem parte do tal modelo democrático de Estado-Providência ou Estado Social, ou seja o serviço nacional de saúde, rede de hospitais, desde os hospitais grandes, até os centros de saúde municipais; todo sistema de ensino público, desde o pré-primário até as universidades. Enfim, é um investimento público de incrível relevância. Portanto, podemos falar num processo de modernização muito acelerado, quase incompreensível para quem associava tal fenômeno ao século XIX; parece algo conquistado fora do tempo. E é por isso que a sociedade e a cultura portuguesa são muito exóticas: vêem-se, simultaneamente, fenômenos de quatro séculos e coisas que datam de ontem...

O turismo em Portugal tem início na década de 1960, com o turismo de veraneio, um fenômeno da Costa do Sol, entre Lisboa e Cascais, do Algarve, ou da Ilha da Madeira – e esse continua sendo, ainda hoje, o turismo que move mais gente e é mais significativo para a economia portuguesa. O Algarve é um destino mundial, estando em competição com os destinos de toda a bacia mediterrânica e muitos dos destinos tropicais. Esse turismo, em Portugal, tem uma clientela do norte da Europa – ingleses, nórdicos – e representa, hoje, a quase totalidade da economia do Algarve.

Recentemente tem-se desenvolvido de forma explosiva um turismo associado ao baixo custo das viagens aéreas, superando o turismo dos ricos, das elites e de profissionais que tinham recursos para viajar. Os esquemas dos voos *low cost*, ou de sistemas de alojamento como o *airbnb*, provocaram uma revolução incrível, que ainda não se esgotou. Mas esse turismo urbano toca apenas uma parte mínima da cidade, produz pequenas “disneylandias”. Ele faz de partes da cidade antiga uma espécie de playground, mas não toca territórios extensos, a totalidade da cidade. Quem vai ao Porto faz rapidamente uma geografia do turismo, não anda mais do que meia dúzia de quilômetros numa linha junto ao rio. Além disso, falar do “turismo em Portugal” é uma generalização, pois o turismo não se estende a todo o país – o que vai acentuando uma assimetria preocupante. Os mapas revelam que há uma concentração cada vez maior na zona de Lisboa e depois em Aveiro e Braga e Porto etc. O restante do país, como é visível na representação cartográfica, assinala processos de esvaziamento muito preocupantes.

IP- Como o senhor vê essa dualidade entre as paisagens de Portugal e aquelas que se criam em torno de cidades como o Porto ou Lisboa, produzidas pelo incentivo à economia turística? Como o senhor vê essa dualidade entre o que o turista vê nessas paisagens, e a paisagem de Portugal?

AD- “*Paisagem de Portugal*” é algo que não existe como um todo semelhante, dada a diversidade. Um geógrafo muito conhecido dos anos de 1950, Orlando Ribeiro, escreveu um livro que provocou imensa curiosidade, intitulado ***Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico***. Não era dos oceanos que ele falava, até porque o sul de Portugal é banhado pelo Atlântico, era da cultura. Ou seja, Portugal teve uma longa trajetória histórica, com a presença romana durante muito tempo e a presença árabe igualmente extensa – esta, ao sul de Portugal; aquela, ao norte. É também um mosaico de ambientes biofísicos muito distintos: o lugar mais chuvoso na Europa – a Serra do Gerês – e o mais seco, junto ao Guadiana. Claro que a paisagem, que é a visualidade do território, é de uma diversidade incrível. Por isso não há paisagem de Portugal no singular. Há sempre essa variedade que nós muito gostamos, porque às vezes basta andar não mais que 50 quilômetros para tudo mudar.

A outra questão é sobre o turismo e sobre a “falsa” paisagem que o turista vê. Não acho que seja uma questão de verdadeiro ou falso. O turismo, de fato,

produz ambiências turísticas em qualquer sítio, seja num centro histórico italiano, seja em Portugal, seja aqui, no Rio de Janeiro ou onde for. Estou convencido de que há um estilo “centro histórico”, um estilo muito festivaleiro, que faz uso de vasos de flores pendurados nas paredes, edifícios muito pintados, com aquele ar de novo, muita animação – porque quando somos turistas gostamos que as coisas corram bem, boa comida, que seja barata, que haja música, bons ambientes noturnos... queremos uma experiência que seja completamente diferente das nossas rotinas diárias. O turista é uma condição, não é uma espécie de humano diferente dos outros. E portanto, todo o trabalho de festivalização ou de *disneylandificação* da cidade antiga é visível, mas as pessoas sabem, perfeitamente, que é falso. Quer dizer, podem visitar a catedral do Porto, que é do século treze, e, nesses monumentos mais respeitados, as modificações não são muitas, são obras de restauro. Na arquitetura comum, porém, naquela que não se distingue, em que os edifícios valem porque estão numa determinada rua, ou em um determinado quarteirão que lhes confere identidade ou distinção, as modificações podem ser muito grandes para atrair turistas.

Se hoje todas as lojas são uma *concept store*, em qualquer lugar em que se encontrem – aqui ou lá – tais lojas serão desenhadas de uma certa maneira. Se o *airbnb* para ser rentável prefere os apartamentos pequenos, assiste-se a uma frequente subdivisão das antigas unidades residenciais. Porém, se, em seguida, a fatia de turistas que gosta de ambientes luxuosos aumentar, tomar-se-á um prédio que antes abrigara a redação de um jornal, ou um banco, e se produzirá algo de superluxo. Para a arquitetura e para os arquitetos esse é um mundo muito excitante e contraditório... E pronto, turismo é assim, faz parte daquelas transformações que habitualmente se produzem no modo como os humanos se territorializam. Antes de haver comboios não havia linhas de comboios, nem estações de comboios; antes da moda dos cafés do século dezoito não havia cafés etc. etc. etc. Estamos diante de um processo de mudança social e urbana que é apenas mais um; a história não acabou.

Há, porém, efeitos muito visíveis, como, por exemplo, a incrível inflação em determinadas áreas. Os casos mais dramáticos são quando a procura dos turistas toca lugares que tinham estado muito deprimidos, pois os centros históricos estavam em crise desde os anos de 1960 e, a partir dos anos de 1980, começaram a perder rapidamente suas populações originais – residentes e comerciantes. Basta ver que durante as quatro décadas da ditadura salazarista

as rendas estavam congeladas. Isso provocou um fenômeno muito curioso, empobreceu os senhorios e os inquilinos. Os inquilinos pagavam rendas ridículas, e os senhorios diziam que com aqueles recursos não poderiam fazer obras no edifício, uma espécie de ciclo vicioso que foi degradando os imóveis. Os únicos que se safavam eram os estabelecimentos térreos, porque as rendas comerciais do chão não estavam submetidas ao congelamento, e era comum ver edifícios conservados na base e arruinados em cima. Isso fez com que em muitas áreas do Porto antigo morassem populações de muito baixo rendimento. Mas agora esses prédios valem milhões, e os novos investidores querem que aquelas pessoas deixem o lugar. Esse é um tema preocupante, e o Estado precisa regular as condições em que essas transferências se darão, porque, embora haja uma lei de rendas que atualiza o valor a ser pago com base na taxa de inflação, há ainda os casos de ocupantes antigos, em que o Estado precisará mediar a relação entre os novos proprietários e os remanescentes pobres.

Não quero que se fique com a ideia de que isso funciona muito bem e que ganham as duas partes – a cidade e o turismo. Não é verdade. A Câmara do Porto acabou de aprovar a legislação para proteger lojas, restaurantes, livrarias que já existem na cidade há muito tempo, a fim de que não se transformem em *concept stores*. Mas há casos em que o turismo transforma pontos obscuros em atrações e coisas normais em espetáculos incríveis. O mais conhecido é a livraria Lello, com suas escadarias cenográficas; a livraria já tem bilheteira, e faz mais dinheiro com a bilheteira do que com os livros.

IP- Os incêndios florestais, que só entre junho e outubro deste ano mataram mais de cem pessoas em Portugal, têm evidenciado um problema político que está relacionado ao descaso para com as áreas atingidas – na sua maioria habitadas por uma população de baixa renda – e a um modelo de desenvolvimento que tem se mostrado bastante problemático, do ponto de vista social e ambiental. Como isso se relaciona com o projeto de modernização de Portugal após seu ingresso na Comunidade Europeia?

AD- Devido ao dramatismo dessas cem mortes o tema foi bastante empolado, mas a maioria das mortes foi em decorrência do pânico e as pessoas não eram necessariamente pobres: estavam numa barragem, tomando banho, e viram o incêndio se aproximar, mas não acreditaram que o fogo chegaria até eles. Em determinada altura, a fumaça era tanta que as pessoas se meteram em seus carros e fugiram para uma estrada que, tendo suas margens em chamas,

impediu a visão dos motoristas. Todos entraram em pânico, e foram batendo uns nos outros. A morte não atingiu as populações empobrecidas.

Houve também pessoas que morreram em suas casas com a fumaça, porque se recusaram a fugir, ou não tomaram a decisão correta. Obviamente que há culpa da proteção civil, mas no meio de um incêndio com tantas frentes, com tantos quilômetros, a situação se tornou um inferno. Por muito organizada que fosse a proteção civil, ela não tinha como acudir a tantas frentes de incêndio numa área praticamente despovoada, em que as vilas são pequeníssimas e estão muito espalhadas num território relativamente extenso. Há, aqui, um problema logístico e uma conjugação entre fogo e vento impossível de controlar. Essa é a questão.

Agora, para o futuro, o problema é o eucalipto e o pinheiro bravo, árvores, hoje, de pouco valor comercial. Essa fileira florestal começou já há muitos anos, e é justificada pela indústria da celulose, da produção de papel; mas há poderosos concorrentes nesse setor, como o Brasil, que levaram os preços da pasta de papel a cair. Caindo o preço das madeiras, o investimento no cuidado com a floresta deixa de se justificar. A floresta se torna disfuncional. Em muitas regiões, é mais caro o corte e o transporte das árvores do que o preço que por eles se paga.

Além disso, o eucalipto é uma planta que veio para a Europa trazida de climas quase desérticos, da Austrália. É, pois, uma planta habituada ao incêndio – pode arder, mas fica sempre viva debaixo da terra e volta a aparecer depois de um mês. Ou seja: a floresta volta a crescer sem que se tenha interesse comercial nela. A pergunta é: de onde se vai buscar dinheiro para tirar as touças, as raízes incríveis dos eucaliptos?

Todas as paisagens tem uma economia. Imagino que a Floresta da Tijuca não tenha problemas de incêndios, pois está num clima super úmido, diferente do ambiente português de secura prolongada; mas o eucalipto e o pinheiro bravo, que é uma resinosa, têm um altíssimo poder de combustão, como se vê nos incêndios.

IP- Abordando um tema muito presente nas suas fotografias, o senhor considera que recorrer, ainda hoje, à dicotomia "urbano x rural" talvez já não represente tão bem Portugal, visto que as transformações na paisagem provocaram uma fusão entre esses termos.

AD- Nem em Portugal nem no Brasil; no Brasil tem até um nome diferente: agronegócio.

IP- A pergunta era justamente essa, se o senhor acha que esse fenômeno está restrito a Portugal, ou se pode ser considerado um acontecimento generalizável.

AD- É a generalização do processo de urbanização. Acompanhamos esse processo de longa duração e nos habituamos a essa dicotomia. Tanto nos habituamos que ficamos dependentes dela. Lembra-se dos desenhos animados do Tico e Teco? Pronto: tínhamos o Tico e o Teco e agora tudo é Tico. A agricultura deixou de ser o motor econômico que fixa populações e organiza o território; seu valor no Produto Interno Bruto (PIB) de Portugal não chega a 3% – quer dizer: 97% do PIB português se deve a outras atividades. Se não é uma sociedade e uma economia agrícolas, eis aqui a primeira questão: é possível pensar o rural sem o agrícola? E uma pergunta ainda mais difícil: como são as agriculturas que “funcionam”? São hiper-tecnológicas. E essa condição permite que as chamemos de rurais? Ou seria melhor trata-las como empresariais?

Isto traduz o que procurei falar acerca da passagem da cidade ao urbano. De um tempo que durou milênios na história da humanidade, em que tudo que era urbanização era cidade, para uma atualidade em que a maior parte da urbanização não corresponde aos modelos, aos ideais de cidade que mantemos e que, para mantê-los, não cessamos de inventar nomes que designam a urbanização, porém não a cidade. Para blindar a cidade, inventamos a periferia, a zona industrial. Portanto passamos a vida a manter um ideal-tipo, e estabelecemos que a maior parte da urbanização não é cidade. Para mim é um mistério a reprodução desse paradoxo, porque o normal, em qualquer processo de conhecimento, é que, com a mudança das coisas, nós acompanhamos essa mudança: se todas as árvores se transformassem em micos, eu não poderia chamar árvores aos micos...

A ideia, ou as várias ideias de cidade, estão tão impregnadas na literatura da especialidade, e isso criou um processo de resistência, que impede que olhemos para o resto. E creio que foi a urbanização rápida no hemisfério sul que abalou o sistema; porque se estamos no Brasil, na Índia, se estamos nas geografias onde se concentra, estatisticamente, a maior parte da população urbanizada, os seus modelos de urbanização não correspondem àquilo que na cultura europeia se chama cidade... Foi, talvez, a urbanização da pobreza que promoveu a distinção

entre cidade e urbano. E essa desconsideração para com a urbanização, essa prática de torna-la invisível para considerar apenas o tipo-ideal de cidade, não se dá por falta de instrumentos, de ferramentas do conhecimento. Um sobrevoo com o Google Earth permite perceber um mundo em que as favelas cariocas, as torres de Dubai e o centro histórico de uma cidade europeia são coisas muito distintas, mas chamados igualmente de cidade. O que há de comum entre elas? A urbanização se confunde com o processo de modernização – é disso que estamos a falar. A economia capitalista tomou conta de tudo que é produção de bens e serviços; a economia capitalista é global, ou seja, o que se passa aqui pode não ter tido sua origem aqui, esteja-se a falar do mercado de trabalho, esteja-se a falar de determinados produtos ou determinados serviços. Modernização significa intensificação tecnocientífica e capitalismo global, e é isso que nós vemos por esse mundo, em contextos socioculturais muito distintos, fazendo com que também a arquitetura ora assuma aspectos, como diria Rem Koolhaas, “genéricos” – esse tipo de arquitetura normal que aparece em todo lado –, ora acuse determinada especificidade local.

Portanto, eu acho que a dicotomia rural/urbana não serve para nada, que é mais produtivo para o conhecimento ir direto ao assunto: se tenho um determinado território para estudar, vamos lá ver que sociedade se estabeleceu ali, qual é o motor dessa transformação, como é que se vai mapear aquilo etc. Porque o problema dos conceitos, da utilização de falsos conceitos como “urbano” ou “rural” é que eles são totalizantes, eles pretendem ao mesmo tempo caracterizar um modo de cultura, uma visão de mundo, uma economia, uma paisagem, uma forma de organização do território... isto é, convocam uma visão totalizante. Assim, pergunto, se pretendo estudar a agricultura de grande escala, seja da soja, seja da cana de açúcar, o que elas têm a ver com o vinho do Porto, com as culturas frutícolas? São coisas completamente diferentes. O que preciso conhecer são os processos de produção, as tecnologias, os mercados, os sistemas de concorrência, etc. Será isso que me fornecerá dados sobre o território que pretendo estudar, se os empregos são bem ou mal pagos, se são estrangeiros ou nativos. Se nós pensarmos que uma boa parte da mão de obra agrícola do Alentejo vem do Nepal, para onde irá aquela ideia romântica da agricultura e do agricultor pregado à terra como as árvores? Portanto, quando as palavras continuam a ser utilizadas, seja por excesso de polissemia, seja porque designavam uma realidade que já não existe mais,... é preciso rever tudo isso.

IP- Mas será que essa dicotomia ultrapassada não é uma forma de preservar certas paisagens tidas como rurais?

AL- Preservar de que?

IP- Preservar, por exemplo, áreas verdes.

AL- Eu não sei do que você está falando. Não uso o conceito de “áreas verdes”; as plantas são verdes porque têm clorofila. Quando se diz que o gramado do Maracanã, um cemitério, toda a floresta amazônica e um jardim na esquina da rua são “áreas verdes”... esse conceito não serve para nada. É melhor irmos direto às questões sobre as quais desejamos falar.

Tem-se, hoje, um problema com a forma como a agricultura é organizada, sobretudo quando ela é intensamente utilizadora de agroquímicos, com todas as questões que essa prática pode suscitar. Isso não significa que no futuro será assim, porque a tecnologia já inventou dispositivos que dispensam o uso de produtos químicos muito agressivos. Mas o fato é que eles continuam a existir e nós não temos isso muito bem estudado. Não sei, por exemplo, qual é a pegada ambiental e social da criação de gado, do eucalipto ou da soja – setores economicamente muito importantes no Brasil. Ou seja, não quero falar abstratamente da agricultura, pois procedendo assim não sei do que estou falando. E se, num país tão pequeno como é Portugal, estudar os setores agricolamente mais fortes, como o das frutas, que inclui a pera portuguesa, a vinha, do vinho do Porto, a oliveira, já que o azeite português está crescendo no mercado internacional, enfim, quando penso em estudar o setor frutícola em um país tão pequeno como é Portugal, vejo três contextos completamente distintos. Jorge Luiz Borges nos ensinou que as classificações só nos servem se funcionam; se não funcionam é melhor fazermos uso de outras ferramentas porque mesmo quando se trata da preservação de valores biofísicos, da biodiversidade, é necessário saber de que escala se está falando – da Amazônia inteira ou do campus dessa universidade. É necessário contextualizar o problema.

IP- O senhor comentou que a paisagem é uma visualidade do território. Isso explica o uso que o senhor faz da fotografia, que permite flagrar situações extremamente dinâmicas que nem o desenho nem o texto conseguem capturar?

AD- O desenho e o texto também dão conta, mas eu adquiri esse vício, que chamo de “fotografalar”. Há um ditado oriental que diz que uma imagem vale mais que mil palavras. Não acredito nisso, porque, em alguns casos, é o contrário: quando, por exemplo, alguém está metido numa discussão, tentando contar uma determinada coisa a partir de imagens e, num momento, alguém já irritado diz – “Bom, isso, em uma palavra, é...”. Não há uma hierarquia entre a palavra, o texto, a imagem. Elas se complementam. O geógrafo sempre usa a fotografia porque é um modo de representação bastante simples, bastante fácil de organizar. E como o desafio do geógrafo é interpretar as dinâmicas territoriais, que são dinâmicas sociais, produções sociais, a paisagem é fácil de se ver e interpretar, contrariamente ao artista, que se ocupa mais do registro estético da paisagem. Para nós, geógrafos, se trata de perceber o jogo, a dinâmica da sociedade. Às vezes faço umas coisas mais ousadas, que consistem em fotografar bem de perto apenas um aspecto da questão que me interessa, tornando a foto um documento, um registro, mas, ao mesmo tempo, uma metáfora, exatamente pela capacidade narrativa da imagem capturada. Quando fotografo ovelhas tendo atrás de si um grande viaduto em concreto armado, o resultado é uma fotografia que documenta determinada situação, mas que vale também como um símbolo de temas que podemos organizar. Portanto, é um dispositivo de organização e de comunicação, isto é, organização de informações para sua comunicação.

IP- De fato, as suas fotografias não são apenas um registro documental, elas contém uma narrativa. Como é a sua metodologia de trabalho nesse sentido? Há um roteiro prévio, vai-se em busca de algo específico?

AD- Não, quase nunca. Meus amigos fotógrafos fazem um trabalho de casa incrível, com mapas, temas... eu não tenho paciência pra fazer essas coisas. O último trabalho que fiz era sobre a agricultura do perímetro do Alqueva... Eu sei qual é a geografia da situação, sei que algures a norte de Évora há regadio, sei que algures a sul continua a haver regadio, e faço ali um trajeto um bocado sem destino a não ser pela capacidade de me impressionar ... estou viajando e vejo uma coisa estranhíssima... a fotografia, em si, é um bocado intrusiva. As vezes vem alguém e me pergunta o que estou fazendo, se sou de um jornal... e sugere: “ah interessa-lhe isso? então devia ir...” Foi assim que eu fui parar nos campos das Papoulas do Ópio, que ne sequer sabia o que era.

Os ingleses têm uma expressão – *serendipity* –, baseada em uns contos árabes do Príncipe de Serendip, que diziam que os príncipes viajavam tendo um vago destino. Mas sempre aconteciam coisas, perturbações no meio do caminho, que os lançavam em aventuras. *Serendipity* ficou na literatura para nomear um processo de conhecimento em que você, estando à procura de uma coisa, encontra outra. Em determinada altura esse processo de conhecimento age por saturação, ou seja, você encontra múltiplas ocorrências da mesma coisa. E esse processo é tão científico como outro qualquer, como fazer o esquema previamente para ir fotografar... Quando vou para a *rua da estrada* a única coisa que procuro saber é se é uma estrada movimentada, porque é isso que me interessa. Sei que, do ponto de vista econômico, muito movimento significa potenciais clientes em trânsito. Se ela for muito movimentada é certo que ela terá muita variedade. Variedade de que? Não faço a mínima ideia; quando chegar lá eu vejo. É um pouco isso...

IP- Então o senhor vai meio como um flâneur?

AD- Não, de forma alguma. O flâneur é um distraído, é psicologicamente um personagem indiferente, um tipo, afinal, bastante individualista e egoísta. Ele anda destacado do entorno: eu sou eu e tudo está centrado em mim... Eu, ao contrário não vagueio; ando superconcentrado. A Silvia, minha mulher, quando vai comigo fica muito nervosa, porque eu vou ao mesmo tempo atento ao que está no fundo daquilo que vejo, e ao que se passa junto ao carro. Isso exige uma concentração enorme, é completamente diferente do flâneur. O flâneur anda soltinho, experimentando o isolamento na multidão. Eu, ao contrário, ando com as antenas todas ligadas, e muito atento aos sinais gráficos, às cores, volumes novos que aparecem. Chego ao final do dia estafado. Mas isso tem que ser assim, caso contrário as coisas não ganham relevo. Muitos leitores do meu livro ***A rua da estrada***, me dizem: “*estou farto de passar aí e nunca vi*”; “*olhei, mas não vi*”. Ver supõe um trabalho de atenção permanente.
